



DIREITO EMPRESARIAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A empresa Luz do Mar Comércio de Equipamentos Náuticos Ltda. foi demandada em pedido de falência ajuizado por Rochedo Indústria de Tintas Ltda., que alegou inadimplemento de várias duplicatas mercantis, cujo montante supera R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Na defesa apresentada, a sociedade devedora contestou a pretensão. Argumentou que os protestos trazidos pela credora não podem ser considerados válidos, pois as intimações foram entregues sem que haja identificação clara da pessoa que as recebeu.

Além disso, a requerida sustentou que jamais foi comprovado o envio das duplicatas para aceite, nem mesmo que os protestos realizados serviriam como meio idôneo para fundamentar pedido falimentar. A ré também questionou a própria origem da dívida, destacando que não há prova de entrega dos bens supostamente comercializados: as notas fiscais não indicam de forma precisa os produtos, tampouco registram recebimento por qualquer representante da sociedade. Ressaltou, inclusive, que os canhotos exibidos encontram-se em branco, sem assinatura ou carimbo da empresa.

Apesar dessas alegações, o juízo da Vara Única da Comarca de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, julgou procedente o pedido em 18 de maio de 2025, decretando a falência da devedora. Em sua decisão, destacou que os protestos foram levados a registro pelo Banco Serrano S.A., sem prova de endosso a seu favor, mas considerou irrelevante a ausência de assinatura, entendendo que a cláusula “à sua ordem” bastaria para admitir a endossabilidade.

Na condição de advogada(o) de Luz do Mar Comércio de Equipamentos Náuticos Ltda., você foi intimada(o) da sentença há sete dias. O processo tramita de forma eletrônica e não houve depósito elisivo nem pedido de recuperação judicial no prazo da contestação.

Diante desse cenário, elabore a medida processual cabível para a defesa dos interesses da sociedade falida, abordando todos os fundamentos jurídicos pertinentes. (Valor: 5,00)

Observação: a resposta deve conter a argumentação completa. A simples menção a dispositivos legais não gera pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Em razão da compra de toalhas e jogos de banho, Maricá Têxteis Ltda. emitiu duplicata de compra e venda no valor de R\$ 18.500,00 contra a cliente Beatriz Moretti, que assinou o aceite no próprio título.

Posteriormente, antes do vencimento, a duplicata foi transferida por endosso a Cordeiro Comércio de Tecidos Ltda., que passou a figurar como portadora legítima.

No momento da cobrança, já após o vencimento e sem protesto por falta de pagamento, Beatriz recusou o pagamento ao endossatário. Alegou que a mercadoria recebida não correspondia às especificações do pedido e que o valor indicado na duplicata não refletia o efetivamente contratado.

Com base nessa situação, responda:

A) Beatriz pode opor essa exceção de desconformidade da mercadoria ao endossatário de boa-fé? (Valor: 0,60)

B) Se Beatriz tivesse se recusado a aceitar a duplicata quando apresentada, alegando o mesmo vício na mercadoria, poderia a duplicata ser levada à execução por Cordeiro Comércio de Tecidos Ltda.? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Durante uma arbitragem instaurada para resolver conflito contratual, foi proferida sentença favorável a uma das partes. A parte vencida, inconformada, ajuizou ação buscando a nulidade da decisão arbitral. Seu principal argumento foi que o laudo arbitral, embora tivesse se fundamentado apenas em normas jurídicas, deixou de indicar o local e a data em que foi redigido — elementos que, segundo ela, são formais e indispensáveis.

Na contestação, a parte vencedora sustentou que essas omissões não comprometem a validade do ato, pois seriam falhas meramente materiais. Acrescentou que tanto o local da arbitragem já constava na convenção firmada entre as partes, quanto a data da sentença poderia ser comprovada por documentos emitidos pelos árbitros, onde estava fixado o prazo para a decisão. Para a vencedora, não faria sentido anular a sentença arbitral apenas por esse motivo.

Com base nessa situação, responda:

- A) Os argumentos da parte favorecida pela sentença arbitral devem prevalecer? (Valor: 0,60)
- B) É possível corrigir erros materiais em uma sentença arbitral? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Raimundo integrava uma sociedade simples formada sem prazo determinado. Após anos de atividade, comunicou aos demais sócios, de forma regular, sua intenção de se retirar. Passadas duas semanas da notificação, os sócios remanescentes se reuniram para decidir o futuro da empresa. A maioria, representando 62% do capital social, votou pela dissolução da sociedade.

A sócia Helena, dona de 30% do capital, manifestou inconformismo e pretende impugnar a deliberação. Ela apresenta dois argumentos:

1. os sócios não poderiam deliberar sobre a dissolução enquanto não fossem pagos os haveres de Raimundo, já desligado;
2. não houve respeito ao quórum necessário para a deliberação que decidiu pela extinção da sociedade.

Com base nesse contexto, responda (o contrato social era silente sobre a situação):

- A) Era possível aos sócios deliberar sobre a dissolução da sociedade naquele momento? (Valor: 0,60)
- B) O percentual de votos alcançado foi suficiente para validar a decisão? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

João, comerciante de equipamentos eletrônicos, emitiu uma nota promissória à ordem em favor de Maria, sem informar a data de emissão nem o prazo para pagamento.

Posteriormente, Maria endossou a nota a Pedro, assinando no verso, mas deixou em branco os campos que não haviam sido preenchidos por João.

Considerando essa situação, responda:

A) A nota promissória, assim emitida, atendia aos requisitos formais para ser considerada um título de crédito válido? (Valor: 0,60)

B) O fato de Pedro ter recebido a nota sem que os campos incompletos fossem preenchidos impede o posterior preenchimento do título? (Valor: 0,65)

Observação: fundamente suas respostas. Apenas citar o dispositivo legal não garante pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

